

A Educação, em todos os seus graus, assume um destacado papel na emancipação pessoal e colectiva, sendo um direito fundamental de todos os jovens. Assim, o Ensino Superior constitui um pilar essencial para o desenvolvimento dos jovens, do país e do conhecimento científico e tecnológico.

Contudo, o Ensino Superior tem-se deparado com um conjunto de contradições que impossibilitam o importante papel que deve desempenhar. Essas contradições têm contribuído para a progressiva elitização do Ensino Superior, para a compactação do percurso académico e a sua desvalorização e para os entraves à democracia nas instituições.

Uma das suas contradições corresponde ao subfinanciamento a que as instituições da Universidade do Porto (UP) estão submetidas, apesar de ter havido um aumento das suas necessidades materiais e humanas. Em virtude deste ponto, as Instituições da UP acabam por recorrer a receitas próprias, assumindo os encargos as famílias dos estudantes. Um dos melhores exemplos são as propinas que, apesar de toda a retórica em volta da sua sustentação, têm vindo a demonstrar a sua inutilidade em assegurar as condições necessárias para o funcionamento da UP. Na realidade, acabam por originar um forte entrave na massificação e no ingresso a este grau de ensino.

Aliado à desresponsabilização do Estado, a passagem da UP a fundação agrava a vertente pública e a soberania do Ensino Superior no nosso distrito, abrindo espaço para a sua privatização e o reforço das transferências dos custos para os estudantes e as suas famílias.

Por sua vez, verifica-se a insuficiência da Acção Social Escolar, tanto directa como indirecta, e a perda de qualidade dos cursos, tendo esta perda como origem o Processo de Bolonha.

Implementado em 2006, o Processo de Bolonha originou uma reestruturação dos cursos, a agregação de programas e cadeiras, com a supressão de dezenas consideradas essenciais, o aumento da carga horária no espaço fora da sala de aula, enquanto o lazer dos estudantes era prejudicado e a restrição de programas. Desta forma, há um empobrecimento do percurso académico.

Por fim, o último ano deu imensas provas dos entraves democráticos existentes na UP. Desde a impossibilidade de reunião em determinadas faculdades até à não participação dos estudantes nos órgãos de gestão, que muito teriam contribuído para decisões que fossem de encontro às aspirações dos estudantes e correspondessem a posições justas e incisivas na resolução dos problemas da UP.

De salientar que os problemas presentes na atual situação pandémica não são novos, mas correspondem a debilidades estruturais e que cabe à UP assegurar as condições sanitárias das faculdades, mas também a qualidade do seu ensino.

Sabendo que estas não são as aspirações dos estudantes da Universidade do Porto, esta lista visa ajudar a construir uma Universidade em que seja preservado e ampliado o seu carácter Público, Gratuito, Democrático e de Qualidade. Pretendemos um OUTRO RUMO PARA A ACADEMIA.

É o compromisso que assumimos com os estudantes. Tendo como candidatos dirigentes associativos e estudantes que desde a primeira hora se envolveram no movimento associativo e na luta por um novo rumo nas suas faculdades, realçamos a nossa crença na capacidade transformadora dos estudantes na UP e num longo historial de luta e de vitórias.